



INCLUSÃO E EXCLUSÃO NA EUROPA URBANA MEDIEVAL

*Inclusion and Exclusion
in Medieval Urban Europe*

Amélia Aguiar Andrade

Catarina Tente

Gonçalo Melo da Silva

Sara Prata (eds.)



INCLUSÃO E EXCLUSÃO
NA EUROPA URBANA
MEDIEVAL

*Inclusion and Exclusion
in Medieval Urban Europe*

IEM – Instituto de Estudos Medievais

Coleção ESTUDOS 19

INCLUSÃO E EXCLUSÃO
NA EUROPA URBANA
MEDIEVAL

*Inclusion and Exclusion
in Medieval Urban Europe*

AMÉLIA AGUIAR ANDRADE
CATARINA TENTE
GONÇALO MELO DA SILVA
SARA PRATA
editores

Lisboa, 2019

Textos selecionados das III Jornadas Internacionais de Idade Média “Inclusão e exclusão na Europa Urbana Medieval” (Castelo de Vide, de 11 a 13 de Outubro de 2018).

Arbitragem Científica:

Adelaide Milán da Costa (Universidade Aberta)
Alberto García Porras (Universidade de Granada)
Antonio Collantes de Terán (Universidade de Sevilha)
Armando Luís de Carvalho Homem (Universidade do Porto/Universidade Autónoma de Lisboa)
Alfonso Vigil-Escalera (Universidade de Salamanca)
Beatriz Arizaga Bolumburu (Universidade de Cantábria-Santander)
Denis Menjot (Universidade Lyon 2)
Dolores Villalba Sola (Universidade de Granada)
Eduardo Aznar Vallejo (Universidad de La Laguna)
Iria Gonçalves (Universidade Nova de Lisboa)
Isabel del Val Valdivieso (Universidade de Valladolid)
João Luís Fontes (Universidade Nova de Lisboa)
José Avelino Gutiérrez González (Univesidade de Oviedo)
María Asenjo González (Universidade Complutense de Madrid)
Maribel Fierro (Instituto de Lenguas y Culturas del Mediterráneo y Oriente Próximo. CSIC Madrid)
Mário Jorge Barroca (Universidade do Porto)
Michel Bochaca (Universidade de La Rochelle)
Santiago Macias (Universidade Nova de Lisboa)
Hermínia Vilar (Universidade de Évora)
Luísa Trindade (Universidade de Coimbra)
Wim Blockmans (Universidade de Leiden)

O Instituto de Estudos Medievais da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa (NOVA FCSH) é financiado pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia.

Publicação financiada pela Câmara Municipal de Castelo de Vide e por Fundos Nacionais através da Fundação para a Ciência e a Tecnologia, no âmbito do Projecto UID/HIS/00749/2019.

Título	Inclusão e exclusão na Europa urbana medieval Inclusion and Exclusion in Medieval Urban Europe
Editores	Amélia Aguiar Andrade, Catarina Tente, Gonçalo Melo da Silva, Sara Prata
Edição	IEM - Instituto de Estudos Medievais / Câmara Municipal de Castelo de Vide
Referência da imagem de capa	Vista de Castelo de Vide, Fabián Cuesta-Gómez.
Coleção	Estudos 19
ISBN	978-989-54529-0-3 (IEM) 978-972-9040-16-0 (C. M. de Castelo de Vide)
Paginação e execução	Marcel L. Paiva do Monte, com base no design de Ana Pacheco
Depósito legal	461221/19
Impressão	Tipografia Priscos, Lda.

Índice

Nota de Abertura	11
<i>António Pita</i>	

Apresentação.....	13
<i>Amélia Aguiar Andrade, Catarina Tente, Gonçalo Melo da Silva, Sara Prata</i>	

PARTE I

A Intervenção dos Poderes

Exclusive Liberties, the Hallmark of the Ancien Régime.....	21
<i>Wim Blockmans</i>	

<i>Prol comunal e bom regimento: política, governo e comunicação entre o rei e a cidade em Portugal no final da Idade Média</i>	41
<i>Hermínia Vasconcelos Vilar</i>	

Faut-il réviser les notions d'inclusion et exclusion sociales dans la ville européenne médiévale? Le cas perturbant des communautés juives à travers les évolutions historiographiques françaises et allemandes	65
<i>Jean-Luc Fray</i>	

Judeus e muçulmanos no espaço urbano: inclusões, exclusões e interações	87
<i>Maria Filomena Barros</i>	

O estatuto jurídico dos judeus nas Ordenações Afonsinas	111
<i>Ricardo Rodrigues</i>	

PARTE II

Instituições e Processos

Living on the margins of society: coping with poverty in al-Andalus	139
<i>Ana María Carballeira Debas</i>	

Mecanismos de integración económica de una minoría religiosa ¿marginada?: el caso de la comunidad mudéjar de Madrid en la Baja Edad Media.....	159
<i>Pablo Ortego Rico</i>	

Contribuir para no ser excluído. Sistemas de tasación fiscal y estructura social en Sevilla y su tierra (S. XV)	197
<i>José Manuel Triano Milán</i>	

Inclusão ou Exclusão? Paisagem urbana e implantação hospitalar na Coimbra medieval	221
---	-----

Ana Rita Rocha

El Hospital de San Lázaro de Sevilla: un modelo institucionalizado de exclusión social	245
---	-----

Pablo Alberto Mestre Navas

PARTE III

Marcas de Exclusão no Urbanismo Medieval

Le quartier juif de Tolède: texte et archéologie de surface	271
--	-----

Jean Passini

Morfologias urbanas na Lisboa Medieval: o caso das Judiarias (1147-1325)	289
---	-----

Manuel Fialho Silva

Expressões físicas da inclusão e exclusão dos judeus no urbanismo medieval, a partir do caso de Braga	307
--	-----

Maria do Carmo Ribeiro

A Judiaria da Guarda – Textos e Contextos	333
--	-----

Tiago Ramos, Alcina Cameijo, Daniel Martins

PARTE IV

Inclusão e Exclusão no Registo Material. Perspectivas desde a Arqueologia

Cronología del entorno arqueológico del Arco de las Pesas (Granada). ¿Integración del Arrabal del Albayzín en la vida urbana granadina o segregación de las propiedades reales?	381
--	-----

Moisés Alonso Valladares, Alberto García Porras

Investigaciones arqueológicas en el yacimiento de La Mota de los Judíos, en Castrillo (Burgos)	397
---	-----

Inés María Centeno Cea, María J. Negredo García,

Ángel L. Palomino Lázaro, Manuel Moratinos García

Fora das muralhas de Viseu: o caso do sítio arqueológico do Loteamento do Quintal	421
--	-----

Catarina Meira

PARTE V

Acolher ou Excluir: os Estrangeiros na Cidade

- Experts recherchés et réfugiés répudiés? Société urbaine, accueil et expulsion de forains en France et en Allemagne à la fin du Moyen Âge 443
Gisele Naegle
- Fiscalidad, intereses mercantiles locales y presencia extranjera: un pleito de 1433 entre barceloneses y genoveses 475
Elena Maccioni
- Inclusión y exclusión de los navegantes del Norte de Castilla en las sociedades portuarias irlandesas a finales de la Edad Media. Estudio de caso de San Vicente de la Barquera y Laredo (España)..... 497
Javier Añilbarro Rodríguez
- Los extranjeros en los gobiernos de las ciudades de la Andalucía atlántica a finales de la Edad Media..... 513
Enrique José Ruiz Pilares
- Al Servicio de la Corona. Los casos de Manuel Pessanha y Egidio Bocanegra: una perspectiva comparada..... 537
Lorenzo Lage Estrugo

Nota de Abertura

No dia 31 de Março de 1492, poucos meses após a tomada do reino Nazarí de Granada, Fernando II de Aragão e Isabel I de Castela promulgam o Decreto de Alhambra, ordenando a expulsão da população judaica destes reinos, alegando que a convivência entre cristãos e judeus, e, principalmente, o efeito desta convivência sobre os cristãos-novos, constituíam uma ameaça à fé Católica.

No prazo de somente quatro meses, os judeus castelhanos e aragoneses foram forçados a decidir entre abandonar a sua fé e costumes ou conservá-los, mas deixando a sua terra. Podendo ficar mediante a conversão ao cristianismo, muitos escolheram partir.

Por questões de proximidade, Portugal surgiu como um local de refúgio natural para um grande número de judeus expulsos. A sua admissão foi autorizada por D. João II, que também viria a facultar navios para aqueles que desejassem seguir rumo para outros lugares, principalmente no Norte de África. As famílias a quem foi permitido permanecer em Portugal acabariam dispersas pelas cidades maiores do Reino, mas também pelas localidades próximas da fronteira com Castela.

Um dos pontos de entrada utilizados pelos judeus situava-se no sítio da Portagem, em Marvão. Terá sido deste ponto que algumas famílias se deslocaram até Castelo de Vide onde, à semelhança de outras localidades, existia uma comunidade judaica desde os princípios da Idade Média.

Localizada na encosta nascente do castelo, a Judiaria de Castelo de Vide ter-se-á expandido consideravelmente nesta época para albergar os novos residentes, cujos ofícios e saberes terão fomentado o desenvolvimento artesanal, comercial e cultural da povoação.

Mas o clima de tolerância religiosa seria breve e em Dezembro de 1496, na sequência do seu casamento com Isabel de Aragão e Castela, D. Manuel I assina o decreto de expulsão que acabará por resultar na conversão forçada dos judeus de Portugal e, finalmente, na redução ao criptojudaísmo.

Os membros da comunidade judaica que permaneceram em Castelo de Vide

como cristãos-novos integraram-se na comunidade local, continuando com os seus ofícios e profissões, e alguns terão seguramente continuado a praticar a sua religião e a observar as suas práticas em segredo.

Os testemunhos da herança judaica permanecem vivos nos dias de hoje, fazendo-se sentir na arquitectura das ruas da judiaria e na sua toponímia; nas marcas de *mezuzah* nas ombreiras das portas ogivais; em pratos típicos da gastronomia; nas tradições próprias da nossa Semana Santa... sinais de que Castelo de Vide terá sido ao longo dos séculos um lugar de inclusão e tolerância.

Actualmente, Castelo de Vide procura assumir-se cada vez mais como palco de novas dinâmicas culturais e um espaço propício à reflexão e ao debate histórico, uma ponte entre o passado e o presente, e por isso foi com enorme prazer que a Câmara Municipal apoiou esta publicação.

Um livro subordinado à análise das dinâmicas de inclusão e exclusão nos espaços urbanos medievais é especialmente pertinente neste ano em que comemoramos o 30º aniversário do discurso histórico do Presidente Mário Soares na Judiaria de Castelo de Vide, onde afirmou “em nome de Portugal quero pedir perdão aos judeus das perseguições que foram vítimas na nossa terra.”

Esta publicação é também um símbolo da colaboração crescente entre a Câmara Municipal de Castelo de Vide e o Instituto de Estudos Medievais da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa. Honrando-se de acolher desde 2016 um conjunto crescente de iniciativas de divulgação e formação científica, o Município congratula ambas as instituições pelo sucesso e qualidade dos trabalhos conjuntos.

A dimensão do acolhimento que Castelo de Vide proporciona aos participantes das *Jornadas Internacionais de Idade Média* reflecte-se na afluência de novos investigadores em cada edição, motivados pela vigência no debate historiográfico dos temas propostos, e, principalmente, naqueles investigadores que regressam a Castelo de Vide a cada Outono para voltar a desfrutar do ambiente acolhedor que esta vila confere às actividades académicas.

Ciente da mais-valia que a investigação histórica supõe para a valorização do nosso património local, um reconhecimento profundo a todos aqueles cujo empenho garantiu o sucesso destas iniciativas e do livro que agora se publica.

António Pita

Presidente da Câmara Municipal de Castelo de Vide

Apresentação

Em Outubro de 2018 tiveram lugar em Castelo de Vide duas atividades em torno da Idade Média, a *2ª Escola de Outono para Mestrandos e Doutorandos* e as *3ªs Jornadas Internacionais de Idade Média de Castelo Vide*, ambas subordinadas ao tema *Inclusão e exclusão na Europa Urbana Medieval*, que assim davam continuidade a uma iniciativa que teve o seu lançamento em 2016 com as *1ªs Jornadas*, às quais, no ano seguinte, se associou a *Escola de Outono*. O acolhimento da autarquia de Castelo de Vide e do Instituto de Estudos Medievais da NOVA FCSH proporcionava assim a feliz junção de uma acção de formação para jovens investigadores com um fórum internacional de debate e troca de conhecimento em torno da cidade medieval, capaz de congregar investigadores portugueses e estrangeiros, num cenário perfeito para a sua realização: a vila medieval de Castelo de Vide.

Hoje, esta «semana medieval», diferente das mais usuais, apresenta-se já consolidada pois no momento em que esta publicação é lançada a público, já decorreu a *3ª Escola de Outono* e estão a ter lugar as *4ªs Jornadas Internacionais de Idade Média*. Ao longo das edições anteriores foi possível trazer a Castelo de Vide uma plêiade de investigadores que incluiu académicos de renome internacional, investigadores experientes e outros, mais jovens, cujas investigações estão a abrir ou, a consolidar, perspectivas inovadoras no estudo da cidade medieval. Iniciativas que têm como timbre o fomento da interdisciplinaridade, juntando a História com a Arqueologia, com a Filologia, com a Heráldica, com a História do Direito ou, com a Arquitetura, entre outras. E que procura promover, entre os participantes, o conhecimento do património medieval de Castelo de Vide e da sua envolvente através da promoção de visitas de estudo, que integram o programa, quer da *Escola de Outono* quer das *Jornadas*.

Uma parte considerável das enriquecedoras vivências destas atividades faz apenas parte das memórias de quem as viveu: os debates, as trocas de ideias nos intervalos das sessões ou à mesa das refeições ou, as conversas que, pela noite fora, as ainda cálidas noites de Outubro de Castelo de Vide proporcionaram. Felizmente,

não tem acontecido o mesmo com as intervenções dos oradores convidados e dos comunicantes, pois uma seleção dos textos apresentados, depois de uma dupla avaliação por pares, tem sido regularmente publicada, tendo já dado origem a dois grossos volumes, disponibilizados não só aos especialistas mas também ao público em geral.

Este ano, os editores têm o grato prazer de apresentar, com o apoio financeiro do Instituto de Estudos Medievais e da Câmara Municipal de Castelo de Vide, o 3º volume de recolha desses textos cujo título retoma o das *3ªs Jornadas: Inclusão e Exclusão na Europa Urbana Medieval*. Vinte e oito investigadores provenientes de Portugal, Espanha, França, Itália, Alemanha e Holanda são responsáveis pela elaboração de vinte e dois artigos com os quais, responderam ao desafio que os organizadores lançaram à comunidade científica de desenvolvimento de reflexões sobre um tema particularmente pertinente na cidade medieval, uma vez que esta se definia quase sempre como um espaço fechado por uma muralha que criava a oposição entre interior e exterior, materializando desde logo sistemas de inclusão e exclusão. Recorrendo a uma pluralidade de idiomas que nos apraz registar - português, espanhol, francês e inglês - os seus estudos têm como espaço de observação uma diversidade de unidades políticas medievais que hoje integram as historiografias de Portugal, Espanha, França, Itália, Países Baixos, Bélgica e Alemanha, com especial relevo para os diferentes reinos medievais ibéricos, sendo que neste último caso o enfoque não se limita à Cristandade, pois também podemos dispor de reflexões que têm como espaço de observação o Islão peninsular e/ou as suas permanências.

Este volume apresenta cinco secções: *Intervenção dos poderes, Instituições e processos, Marcas de exclusão no urbanismo medieval, Inclusão e exclusão no registo material: perspectivas desde a Arqueologia e Acolher ou excluir: estrangeiros na cidade*, que procuram organizar os textos aqui reunidos de forma coerente. Contudo, a complexidade de algumas temáticas, cujo desenvolvimento implicou o recurso não só a fontes de informação diversificadas como a enfoques simultaneamente distintos mas complementares, dificultaram muito essa tarefa, que por isso aqui surge como uma proposta que, para outros, por certo podia adquirir uma outra estrutura.

Na secção intitulada a *Intervenção dos Poderes* agrupam-se os artigos que se assumem como abordagens mais globais e que pretendem refletir sobre questões abrangentes tais como o desenvolvimento de processos para a definição de sistemas de inclusão/exclusão política nas sociedades urbanas, a necessidade de rever pressupostos mais tradicionais em relação à coexistência das minorias judaicas com a maioria cristã, numa perspetiva comparativa e tendo como unidade de observação a pequena cidade, afinal o tipo mais dominante no sistema urbano da Cristandade europeia, ou sobre a pertinência, no caso ibérico, de se refletir de uma forma integrada, simultaneamente sobre as duas minorias religiosas, a islâmica e a judaica,

que estavam presentes num significativo número de núcleos urbanos medievais. Uma reflexão que passou ainda pela elucidação da forma como os monarcas se relacionavam com as sociedades políticas urbanas e como procuravam estabelecer quadros normativos sobre as minorias religiosas, sempre na busca do equilíbrio social que permitisse a paz urbana que competia aos monarcas assegurarem.

O apartado *Instituições e processos*, integra um conjunto de estudos que tendo uma clara diversidade de protagonistas – o pobre, o doente, o leproso, a minoria muçulmana vencida – abordam sobretudo a problemática da integração, refletindo não apenas sobre alguns dos processos utilizados para promover essa inclusão mas também sobre a atuação das instituições que a sociedade medieval criou para garantir esses mesmos processos, como era o caso, por exemplo, dos hospitais e/ou das leprosarias.

A secção denominada *Marcas de exclusão no urbanismo medieval* surge muito coesa, com quatro artigos que versam sobre a organização do espaço das judiarias medievais através de um exemplo castelhano – a judiaria de Toledo – e três exemplos portugueses: Braga, Lisboa e Guarda. Cobrem-se assim, recorrendo a perspetivas que cruzam a investigação documental, com a pesquisa arqueológica e com a leitura dos espaços própria da História da Arquitetura e do Urbanismo, espaços de observação que contemplam distintas escalas urbanas ou seja, cidades de pequena, média e grande dimensão, esclarecendo de que forma se manifestava essa poderosa marca de exclusão que era o espaço de uma judiaria. Estes estudos ganham particular importância quando recordamos o relevo que o património judaico assume em Castelo de Vide, podendo portanto constituírem-se como importantes referências para o aprofundamento da interpretação da marca judaica no urbanismo de Castelo de Vide.

O 4º apartado intitulado *Inclusão e exclusão no registo material: perspectivas desde a Arqueologia*, integra um conjunto de estudos que, a partir dos dados materiais procuram apresentar a perspetiva da Arqueologia para um tema que se apresentava desafiante: a recuperação da materialidade dos sistemas de exclusão em contextos urbanos.

A última secção, *Acolher ou excluir: estrangeiros na cidade*, é sem dúvida a que reúne os estudos que, tendencialmente, procuraram abordar, de forma, mais completa o tema das Jornadas uma vez que procuraram tratar, em simultâneo, as problemáticas de inclusão e de exclusão, através de um dos protagonistas com mais potencialidade para esse tipo de análise: o estrangeiro. Recorrendo a um conjunto diversificado de enfoques, os autores refletiram sobre a forma como as sociedades urbanas encaravam os estrangeiros, quer se tratasse de personagens excecionais quer de grupos profissionais, detectando processo de inclusão/exclusão, analisando conflitividades geradas bem como a forma como participavam na vida política das

idades onde se instalavam.

Um número considerável destes textos disponibilizam ainda aos leitores, materiais originais variados tais como extensas tabelas, gráficos, fotografias, reproduções de iconografia medieval e de documentos, plantas e/ou mapas, reveladores da diversidade de fontes de informação utilizados pelos seus autores. Especialmente interessantes, pelo carácter modelar das soluções cartográficas aplicadas, são os materiais inseridos nos estudos sobre judiarias de Jean Passini, Maria do Carmo Ribeiro e de Manuel Fialho Silva, sendo que estes dois últimos autores divulgam reconstituições inovadoras e detalhadas das judiarias de Braga e Lisboa, um contributo fundamental para o esclarecimento de uma problemática sobre a qual a medievística portuguesa ainda apresenta lacunas significativas e que podem ser replicados em outros estudos de caso para o Portugal medieval.

O volume agora lançado a público reúne então um conjunto de textos com abordagens distintas mas que não deixam de se complementarem no objetivo de esclarecer as problemáticas de inclusão e de exclusão que podem ser encontradas quando se analisa a cidade medieval, se bem que tenham sido mais glosados os temas associados à exclusão, uma vez que esta deixou traços mais evidentes não apenas na memória escrita como na expressão urbanística e material.

A complexidade do tema escolhido para as 3^{as} *Jornadas* e conseqüentemente para este volume -de grande atualidade nas sociedades contemporâneas- não ficou de modo algum esgotado nas páginas deste volume, uma vez que muitas outras temáticas podiam ser ter sido desenvolvidas como a exclusão política ou a exclusão resultante da doença, do sexo ou, a gerada pelo desempenho de certas atividades profissionais que a sociedade medieval desvalorizava, entre outras. O mesmo aconteceu com o estudo das estratégias concelhias de integração, que tanto preocupavam as sociedades urbanas quando confrontadas com fluxos migratórios, sobretudo de indivíduos desenraizados e solitários, que estas sociedades simultaneamente desejavam para mão de obra das suas atividades artesanais mas não deixavam de temer, pois lhes surgiam desenquadrados e sem suporte familiar. Mas o que tem de bom a investigação em História Medieval é que temos a certeza que, não tendo estado presentes nas 3^{as} *Jornadas*, tais temáticas estão, de certeza a merecer a atenção dos medievistas.

* * *

Uma vez mais, os editores querem deixar público o seu agradecimento a todas as instituições e pessoas que contribuíram para tornar este conjunto de iniciativas – *Jornadas Internacionais de Idade Média, Escola de Outono* e publicação deste volume – um êxito, garantindo a sua afirmação como uma referência para todos quantos se interessam pelo mundo medieval e pela cidade medieval, em particular.

Na pessoa do seu Presidente, Dr. António Pita, queremos agradecer à Câmara Municipal de Castelo de Vide a forma como, desde 2016, tem acolhido estas iniciativas, pois de uma forma exemplar tem demonstrado que uma comunidade local e uma universidade podem trabalhar em conjunto tendo como objetivos, não apenas a promoção e divulgação de conhecimento científico mas também o de dar a conhecer um território cujo passado e o património medieval são especialmente ricos e fundamentais para compreender o Portugal atual.

Através da Dr.^a Patrícia Martins queremos agradecer aos funcionários e funcionárias da Câmara Municipal de Castelo de Vide, que durante estas distintas atividades nos acompanham, garantindo que nenhum pormenor é esquecido e que todas as dificuldades inesperadas se resolvem, sem que ninguém se aperceba. O seu profissionalismo e a sua dedicação constituem fatores fundamentais na construção das boas memórias que os participantes levam de Castelo de Vide.

Ao IEM, na pessoa da sua Diretora, Prof.^a Maria João Branco agradecemos o apoio financeiro a estas iniciativas e à publicação desta obra, bem como a sua presença permanente durante a *Escola de Outono* e as *Jornadas Internacionais*, sempre pronta a promover o debate e a discussão científica e a criar pontes entre todos os participantes.

Os nossos agradecimentos ao Marcel Paiva do Monte que aceitou, num tempo escasso, a tarefa de paginar com cuidado e muito saber, as centenas de páginas que constituem este volume.

Nunca são demais os agradecimentos a todos os participantes na *Escola de Outono* e nas *Jornadas Internacionais de Idade Média* – estudantes, conferencistas convidados, comunicantes e assistentes – bem como aos revisores científicos dos textos que integram esta obra, pois são eles os protagonistas, não apenas desta publicação mas também deste fórum de discussão sobre a cidade medieval europeia que temos vindo a construir e que pretendemos que se caracterize pela qualidade e pela diversidade de perspetivas.

Aos habitantes de Castelo de Vide, cujo acolhimento pleno de simpatia tem sido uma das principais razões da vontade de regressar que muitos participantes nos têm manifestado. Bem Hajam!

Lisboa, Agosto de 2019

Amélia Aguiar Andrade

Catarina Tente

Gonçalo Melo da Silva

Sara Prata

PARTE IV
*Inclusão e Exclusão
no Registo Material.
Perspectivas desde a Arqueologia*

Cronología del entorno arqueológico del Arco de las Pesas (Granada).

¿Integración del Arrabal del Albayzín en la vida urbana granadina o segregación de las propiedades reales?

*Moisés Alonso Valladares¹
Alberto García Porras²*

Resumen

La datación de la construcción tanto del Arco de las Pesas (Albayzín, Granada) como de los lienzos de muralla que parten de él ha sido objeto de continuas controversias. Originalmente se fecharon en época zirí y almorávide atendiendo a razones de tipo documental, urbanístico y formal. Sin embargo, en los últimos años se ha consolidado la idea de una construcción en época almohade por razones de índole arquitectónica y arqueológica. Las últimas intervenciones en el entorno invitan a repensar las atribuciones cronológicas, sin descartar una posible construcción en época nazarí.

Estas diferentes cronologías tendrían, a su vez, distintas connotaciones en la interpretación de su construcción. En una atribución a época almohade, primarían las necesidades urbanas – conexión de un arrabal en crecimiento con el centro de la ciudad. En cambio, una cronología nazarí implicaría un elemento simbólico adicional: reforzar la segregación de las propiedades de la realeza, en un momento en el que las defensas urbanas ya estaban cubiertas con la muralla exterior del Albayzín.

Palabras clave

Murallas urbanas, Arco de las Pesas; Almohade; Nazarí; tapial calicastroado.

¹ Universidad de Granada. E-mail: moaloval@gmail.com

² Universidad de Granada. E-mail: agporras@ugr.es

Chronology of the archaeological area of the Arco de las Pesas (Granada). Integration of the Albayzín suburb in the urban life of Granada or segregation of the royal properties?

Abstract

The building date of the Arco de las Pesas (Albayzin, Granada) as well as the urban walls that emerge from it has been a subject of controversy. Originally, they were dated in Zirí and Almoravid period using documentary sources and their urbanistic and formal characteristics. However, in the past few years, a dating in the Almohad period has been suggested based on architectonic and archaeological reasons. Last interventions in the surrounding area lead to rethink the chronological dating, not discarding a possible construction in the Nasrid period.

These different chronologies would have, at the same time, diverse connotations in the interpretation of the building. In a dating in the Almohad period, urban requirements would prevail -connection between a growing suburb and the downtown-. In contrast, a dating in the Nasrid period would imply an additional symbolic meaning: strengthening the segregation of the royal properties, at a time when the urban defences were solved with the exterior walls of the Albayzín.

Keywords

Urban walls; Arco de las Pesas; Almohad; Nasrid; calicastro rammed earth.

1. Introducción.

La ocupación de la zona alta del Albayzín, así como la cronología de las distintas murallas que recorren esta zona de la ciudad han sido objeto de continua controversia. La cuestión tuvo ya un problemático punto de partida con las falsificaciones realizadas por Juan de Flores en el siglo XVIII y el posterior juicio contra él³. La polémica sobre la ocupación antigua y altomedieval de la ciudad de Granada quedaba servida, prolongándose hasta nuestros días. Sin embargo, no es ese el objeto del presente estudio, sino una cuestión colateral a este debate: la cronología del sector

³ SOTOMAYOR MURO, Manuel – *Don Juan de Flores y Oddouz, pícaro y mártir: cultura y picaresca en la Granada de la Ilustración*. Granada: Universidad de Granada, 2007.

septentrional de las murallas de la alcazaba Qadima de Granada. La interpretación de las mismas se ha visto directamente condicionada por el discurrir historiográfico de los estudios sobre la evolución urbana de Granada y, más concretamente, del área contigua a donde Juan de Flores supuestamente halló el foro de la urbe romana. Sólo en las últimas décadas las murallas se han convertido en objeto de estudios individualizados y no ha sido hasta fechas recientes cuando se ha conseguido desgajar su interpretación de la ocupación antigua y altomedieval de la colina.

En un pormenorizado estudio, García Granados⁴ evidenció el peso que la visión contrarreformista mantuvo en los estudios históricos de Granada. Desde que Luis del Mármol Carvajal⁵ planteara un origen antiguo para la urbe, la fuerza de esta idea ha condicionado cualquier interpretación que se ha hecho de los restos existentes durante casi cuatro siglos. Esta perspectiva tenía sus consecuencias directas sobre los vestigios arqueológicos: cualquier hallazgo era interpretado bajo la premisa de una ocupación continuada e intensa de la zona alta de la colina desde época íbera hasta la Granada medieval. Así, se intentaban encajar los distintos hallazgos en un discurso histórico preexistente al que sólo venían a ilustrar, forzándose en la mayoría de los casos las interpretaciones⁶. La datación de las murallas no quedó ajena a esta dinámica. Sólo a finales del siglo XX se empieza a plantear la idea de un posible origen medieval y no antiguo para Granada. Las evidencias arqueológicas en este sentido son abrumadoras sobre la importancia que tuvo el siglo XI en la configuración urbana de la ciudad⁷. No queremos poner aquí en duda la ocupación del espacio de la colina ni en época romana ni altomedieval, sino evidenciar de qué forma la prevalencia de un discurso en el que los períodos antiguo y altomedieval cobraban gran importancia ha condicionado la lectura arqueológica de la cerca medieval de Granada hasta la fecha.

El inesperado hallazgo de un tramo de muralla interno al actualmente visible en el lienzo al W del Arco de las Pesas durante las excavaciones de los años 1980 apenas alteró las interpretaciones en un primer momento⁸. Tradicionalmente la cerca exterior se venía considerando de época zirí, por lo que la datación de la nueva muralla en un período anterior se realizó en base a este condicionante⁹. Estas consideraciones se veían influenciadas por el sesgo interpretativo de que restos de

⁴ GARCÍA GRANADOS, Juan Antonio – “La primera cerca medieval de Granada. Análisis historiográfico”. *Arqueología y territorio medieval* 3 (1996), Universidad de Jaén, pp. 91148.

⁵ MÁRMOL CARVAJAL, Luis del – *Rebelión y castigo de los moriscos*. Málaga: Arguval, 1991.

⁶ GARCÍA GRANADOS, Juan Antonio – “Entre ziríes y almohades. Las fortificaciones urbanas de Granada y su problemática cronológica”. In CRESSIER, Patrice; SALVATIERRA CUENCA, Vicente - *Las Navas de Tolosa 1212-2012: miradas cruzadas*. Jaén: Universidad de Jaén, 2014, pp. 484-498.

⁷ MALPICA CUELLO, Antonio – *Granada, ciudad islámica. Mitos y realidades*. Granada: Liberbolsillo, 2000.

⁸ SOTOMAYOR MURO, Manuel, SOLA MÁRQUEZ, Antonio; CHOCLÁN SABINA, Concepción – *Los más antiguos vestigios de la Granada ibero-romana y árabe*. Granada: Universidad de Granada, 1984.

⁹ SOTOMAYOR MURO, Manuel, SOLA MÁRQUEZ, Antonio; CHOCLÁN SABINA, Concepción – *Los más antiguos vestigios de la Granada...*

distinta naturaleza constructiva implicaban necesariamente dos períodos históricos alejados en el tiempo, circunstancia que ya pondría de manifiesto García Granados¹⁰.

Así, el problema de la datación cronológica de los distintos tramos de muralla documentados está lejos de haber sido resuelto, permaneciendo hoy día la polémica sobre su adscripción crono-cultural. En este sentido, no se ha alcanzado aún una respuesta satisfactoria desde la materialidad arqueológica a las cuestiones de diversa índole (social, económica, constructiva, urbanística, etc.) que los vestigios conservados siguen presentando.

2. La intervención en Callejón de San Cecilio, 1.

En el verano de 2014 se acometió una intervención arqueológica de carácter preventivo a la rehabilitación del inmueble sito en Callejón de San Cecilio, 1 (Granada). Se trataba de la parcela ubicada inmediatamente a oriente del Arco de las Pesas, por lo que la actuación revestía gran interés a la luz del debate existente.

La vivienda, de 81 m², se ubicaba intramuros de la muralla que tradicionalmente se había considerado como límite de la alcazaba Qadima o Vieja de la ciudad. De planta poligonal, su frente N se apoyaba directamente sobre la muralla, por lo que se hacía necesaria una intervención arqueológica con carácter previo a la remodelación. Esta consistió en una serie de sondeos estratigráficos en el solar y una lectura paramental de la vivienda y de la muralla con carácter previo a su restauración. Los sondeos arqueológicos no arrojaron apenas información de la ocupación histórica de la parcela, al tener que detener los trabajos a un metro de profundidad aproximadamente debido a la inestabilidad de los terrenos. El estudio principal se centró entonces en el tramo de muralla de aproximadamente 13 m que delimitaba el frente N de la vivienda.

La muralla posee una fábrica mixta realizada en una única fase. Así, se detectan dos modos constructivos: la mayor parte del alzado está realizado siguiendo la técnica del tapial calicastro, mientras que los niveles superiores están realizados en tapial de tierra. El tramo analizado se ejecutó con la técnica de cajón corrido a lo largo de los 13 m de superficie. No se aprecian divisiones verticales que individualicen módulos en todo el paño y sólo se documenta un cambio físico-constructivo en el punto en el que la muralla realiza un quiebro en busca de la zona de Bab al-Qastar. La distancia entre mechinales es variable, siendo la dimensión media del cajón unos 0,65 m y contando con aproximadamente 10 tongadas por cada nivel de encofrado.

El paño parte directamente del Arco de las Pesas al SW con orientación NE, para

¹⁰ GARCÍA GRANADOS, Juan Antonio – “La primera cerca medieval de Granada. Análisis historiográfico”..., pp. 91-148. GARCÍA GRANADOS, Juan Antonio – “Entre ziríes y almohades. Las fortificaciones urbanas de Granada y su problemática cronológica”..., pp. 484-498.

posteriormente, tras el quiebro, continuar ligeramente hacia el SE (**Fig. 1**). Asimismo, se pudo observar cómo el límite oriental de la rosca del Arco de las Pesas se introduce en la vivienda. En las reducidas dimensiones de esta área, en la línea de la imposta oriental, la rosca del arco parece encontrarse encastrada en el paño de muralla. De esta forma conforman ambas estructuras un único momento constructivo, por lo que puerta y lienzo parecen corresponder a la misma fase.

En cuanto a su grado de deterioro, se puede considerar que el tramo de muralla se encuentra en buenas condiciones, aunque la erosión y las diversas construcciones que se han apoyado históricamente sobre la muralla han provocado la pérdida de la capa exterior en gran parte del paño. Sin embargo, en algunos tramos aún es posible identificar la impronta de las maderas y los clavos usados en el cajón para la elaboración del encofrado (**Fig. 2**). Igualmente se aprecian diversos cajeados en el lienzo de muralla producto de la inserción de las vigas de las sucesivas construcciones que han ocupado el espacio, así como el desgaste en la zona de los mechinales. En todos ellos se realizó una limpieza de vegetación e insectos parásitos que habían podido anidar en su interior.

Durante el proceso de restauración se pudieron recuperar dos piezas de madera, procedentes de sendas agujas aún insertas en la muralla, a las que se les realizó pruebas de datación por C14. Los resultados de los análisis¹¹ han sido realmente sorprendentes, ofreciendo un rango de fechas muy amplio para la primera muestra, siendo la cronología más probable entre 1457 y 1521; y algo más ajustado para la segunda de las muestras, con un intervalo más probable entre 1425 y 1456. Estos datos supondrían considerar la construcción como propia de finales del emirato nazarí, con las implicaciones y posibles contradicciones que esto supone.

3. Las murallas del entorno del Arco de las Pesas, de ziríes a almohades.

Las excavaciones arqueológicas realizadas en la década de 1980, primero bajo la dirección de Sotomayor Muro y posteriormente de Roca Roumens y Moreno Onorato, sacaron a la luz una nueva línea de muralla, desconocida hasta la fecha, que discurría paralela a la ya conocida entre Puerta Monaita y el Arco de las Pesas. En un primer momento, dicha muralla se dató de primera época musulmana¹², bajo el pretexto de que la cerca externa pertenecía al siglo XI; sin embargo, tal adscripción ha ido cambiando con el tiempo. Excavaciones más recientes identificaron igualmente un nuevo lienzo de muralla al E del Arco de las Pesas, en el tramo que discurría entre

¹¹ Los análisis se realizaron en dos piezas lógicas recuperados durante la restauración del paño de muralla. Se llevaron a cabo entre septiembre y diciembre de 2015 por parte del laboratorio de datación por C-14 del Centro de Instrumentación Científica de la Universidad de Granada.

¹² SOTOMAYOR MURO, Manuel; SOLA MÁRQUEZ, Antonio; CHOCLÁN SABINA, Concepción – *Los más antiguos vestigios de la Granada ibero-romana y árabe...*



Fig. 1 - Vista aérea de la zona estudiada.



Fig. 2 - Impronta de maderas y clavos del encofrado.

esta puerta y Bab al-Qastar, aunque algunos metros más al S¹³.

La datación de la muralla interior como altomedieval estaba claramente condicionada, por un lado, por la adscripción tradicional de la cerca externa a época zirí, y por otro, por la presunción de una ocupación de la colina con carácter urbano y de forma continuada desde época íbera hasta la Edad Media. Así, se hacía necesario encajar los vestigios arqueológicos aparecidos en aquellos períodos para los que aún no se habían documentado restos¹⁴. Vemos, por tanto, que se databa las construcciones partiendo de las necesidades del discurso historiográfico preexistente y no de la propia materialidad de los restos.

No es hasta la década siguiente cuando se propone una cronología medieval, concretamente del siglo XI para la muralla interna¹⁵. La datación se realiza en función de los restos cerámicos hallados en la base de la muralla y de la propia técnica constructiva empleada, el tapial, cuyas primeras apariciones en al-Andalus datan del siglo X¹⁶. Es entonces cuando se rescata la idea de Torres Balbás de que la cerca externa -la única que vio el arquitecto- podía ser posterior al siglo XI. Torres Balbás ya observó dos tramos bien diferenciados en la muralla de la Cuesta de la Alhacaba que, en un primer momento, identificó como del período zirí -de una etapa temprana y tardía respectivamente-, pero se decantaría finalmente por una cronología almorávide para el tramo superior y el Arco de las Pesas¹⁷.

Desde entonces, múltiples son las adscripciones cronológicas que se le han atribuido a las murallas. En un primer momento, como se ha visto, se le asignó una cronología zirí¹⁸, que algunos investigadores siguen manteniendo¹⁹. Predominan en esta interpretación razones de tipo urbanístico (cercanía del alcázar zirí y del principal aljibe de la ciudad) y formal (similitud con una hipotética fortaleza de Velillos conocida a través de las fuentes escritas), dejando a un lado otras consideraciones. Siguiendo la datación de Torres Balbás²⁰, hay investigadores que mantienen una cronología almorávide para la muralla y el Arco de las Pesas²¹, aunque apoyándose en

¹³ RODRÍGUEZ AGUILERA, Ángel - *Granada arqueológica*. Granada: Caja General de Ahorros de Granada, 2001.

¹⁴ GARCÍA GRANADOS, Juan Antonio - "Entre ziríes y almohades. Las fortificaciones urbanas de Granada y su problemática cronológica"..., pp. 484-498.

¹⁵ MALPICA CUELLO, Antonio - "Las murallas de Granada". In TITOS, Manuel - *Nuevos paseos por Granada y sus contornos*. Granada: Caja General de Ahorros de Granada, 1992.

¹⁶ AZUAR RUIZ, Rafael - "Las técnicas constructivas en la formación de al-Andalus". *Arqueología de la arquitectura* 4 (2005), pp. 149-160.

¹⁷ TORRES BALBÁS, Leopoldo - "Nuevas perspectivas sobre el arte de al-Andalus bajo el dominio almorávide". *Al-Andalus* 17 (1952), pp. 402-433.

¹⁸ MALPICA CUELLO, Antonio - *Granada, ciudad islámica...*

¹⁹ SARR MARROCO, Bilal - *La Granada zirí (1013-1090)*. Granada: Alhulia, 2011.

²⁰ TORRES BALBÁS, Leopoldo - "Nuevas perspectivas sobre el arte de al-Andalus bajo el dominio almorávide". *Al-Andalus* 17 (1952), pp. 402-433.

²¹ MARCOS COBALEDA, María - *Los almorávides: arquitectura de un imperio*. Granada: Universidad de Granada, 2015.

fuentes documentales en lugar de las razones de tipo arquitectónico y arqueológico que ofreciera el ilustre arquitecto. En fechas más recientes ha cobrado fuerza la idea de la construcción del paño exterior de la muralla en período almohade. Diversas son las razones que llevan a los autores a considerar tal autoría: desde similitudes constructivas y formales con otras puertas coetáneas²², a características constructivas y decorativas²³. Como vemos, se han ofrecido hasta ahora una pléyade de argumentos, a veces complementarios, a veces contradictorios, para ubicar cronológicamente el tramo de la muralla de Granada entre las puertas Monaita y Bab al-Qastar. Siendo conscientes de las cautelas con las que hemos de tomar los múltiples resultados arqueológicos del entorno, creemos indispensable una relectura de la información histórica y arqueológica disponible para tratar de ofrecer una imagen más precisa del momento de construcción de la muralla.

4. Una muralla bajomedieval.

Múltiples son las adscripciones cronológicas atribuidas a las murallas, aunque rara vez se ha evaluado su compleja vida constructiva. Generalmente se han adscrito a una u otra etapa histórica, concebidas como el producto de las necesidades de un único momento. Sin embargo, como ya advirtiera García Granados²⁴, la materialidad de las construcciones parece contradecir tal concepción, detectándose al menos tres fases constructivas en el recinto interior y dos en el exterior. Esta secuencia evidenciaría una vida compleja con múltiples reformas, producto de una multiplicidad de factores en la construcción de las murallas.

Ante esta evidencia de reparaciones, refuerzos e, incluso, levantamiento de nuevos tramos, la atribución de la construcción de las cercas basándose sólo en las fuentes escritas resulta, cuando menos, problemático. Sin cuestionar la veracidad de la información recogida en tales documentos, queremos reseñar que cada uno de ellos no tiene por qué ser necesariamente excluyente de los demás, pudiendo en algunos casos corresponderse las distintas reformas y construcciones documentadas por la arqueología con los diferentes relatos transmitidos por las fuentes. No obstante, no es el objetivo del presente estudio establecer una correlación entre los documentos y cada una de las fases identificadas arqueológicamente.

Una vez alcanzado cierto consenso historiográfico sobre la consideración de la primera cerca de tapial interna como propia del siglo XI y, por tanto, de un primer

²² MÁRQUEZ BUENO, Samuel; GURRIARÁN DAZA, Pedro – “Recursos formales y constructivos de la arquitectura militar almohade de al-Andalus”. *Arqueología de la arquitectura* 5 (2008), pp. 115-134.

²³ GARCÍA GRANADOS, Juan Antonio – “Entre ziríes y almohades. Las fortificaciones urbanas de Granada y su problemática cronológica”..., pp. 484-498.

²⁴ GARCÍA GRANADOS, Juan Antonio – “Entre ziríes y almohades. Las fortificaciones urbanas de Granada y su problemática cronológica”..., pp. 484-498.

recinto ziri, la datación de la muralla externa sigue siendo objeto de controversia. Aunque en el presente estudio nos centraremos en el análisis del tramo en el que hemos intervenido arqueológicamente, su interpretación posee implicaciones y vinculaciones con el tramo de muralla que conecta actualmente Puerta Monaita y el Arco de las Pesas.

Se trata de un paño de muralla que se desarrolla al E del Arco de las Pesas, por aproximadamente 55-60 m, que viene a sustituir al lienzo preexistente entre el entorno de la citada puerta y Bab al-Qastar. La muralla primigenia, como sacara a la luz la excavación practicada en Callejón de San Cecilio, 4, discurría algunos metros al S, en una hipotética prolongación de la cerca interior documentada al W de la puerta²⁵. El tramo que ahora nos ocupa parece presentar una continuidad físico-constructiva tanto con el Arco de las Pesas como con el tramo externo de muralla que se desarrolla a occidente, sin embargo, hace falta un análisis estratigráfico detallado justo en las zonas de transición entre la puerta y cada uno de los lienzos de muralla para corroborar dicha hipótesis.

El paño que se desarrolla a occidente conserva en algunos tramos falso despiece decorativo sobre el tapial²⁶, técnica que no se ha podido documentar en nuestro tramo. El estudio realizado por García Granados²⁷ señaló la cronología eminentemente almohade para esta decoración, y, por tanto, para los lienzos de muralla en los que aparecía, si bien contando con proyecciones en períodos anteriores y posteriores. A esta circunstancia habría que sumar la similitud formal detectada por Márquez Bueno y Gurriarán Daza²⁸ entre las puertas del Capitel de la Alcazaba de Badajoz y el Arco de las Pesas, hecho que vendría a abundar en una datación almohade para la puerta y el lienzo de muralla asociado, inscritos en un proceso edilicio general de refortificación urbana llevado a cabo en todo al-Andalus.

En el tramo analizado, varias son las cuestiones de índole arqueológica que invitan a reflexionar sobre esta adscripción cronológica. Como se señalara en la descripción de la intervención arqueológica, para la construcción de la muralla se empleó un sistema constructivo de tapial calicostrado en cajón corrido, similar al documentado en la muralla Alberzana del Albayzín, una fábrica atribuida al siglo XIV²⁹. En nuestro caso no se han documentado, sin embargo, divisiones oblicuas

²⁵ RODRÍGUEZ AGUILERA, Ángel – *Granada arqueológica...*

²⁶ ALEGRE PARICIO, Eusebio; CAMPOS LÓPEZ, Daniel; LÓPEZ MARTÍNEZ, Diego; CASTILLA RUIA, Eduardo; GUERRERO RODRÍGUEZ, Nicomedes – “Intervención arqueológica preventiva en el Parque Lineal de la muralla ziri (Granada)”. *Anuario Arqueológico de Andalucía* (2005), pp. 1509-1518.

²⁷ GARCÍA GRANADOS, Juan Antonio – “Entre ziríes y almohades. Las fortificaciones urbanas de Granada y su problemática cronológica”..., pp. 484-498.

²⁸ MÁRQUEZ BUENO, Samuel; GURRIARÁN DAZA, Pedro – “Recursos formales y constructivos de la arquitectura militar almohade de al-Andalus”. *Arqueología de la arquitectura* 5 (2008), pp. 115-134.

²⁹ FERNÁNDEZ NAVARRO, Esteban – “La construcción en época medieval. Recreación del proceso constructivo de un tramo de la cerca exterior nazari de la ciudad de Granada”. In GARCÍA PORRAS, Alberto – *Arqueología de la producción en época medieval*. Granada: Alhulia, 2013, pp. 101-126.

para cada una de las distintas jornadas de trabajo. Esta circunstancia vendría a plantearnos la pervivencia de este modo constructivo, utilizado desde época almohade hasta avanzado el período nazarí. Una técnica que tiene sus primeros ejemplares conocidos en la segunda mitad del siglo XII³⁰. Si tomásemos como cierta la datación tradicional para la muralla de Granada en el período zirí o almorávide, implicaría considerarla como el ejemplo más antiguo de esta técnica documentado para al-Andalus, sin la existencia de otro ejemplo hasta varias décadas después, condición sin duda problemática para tal atribución. Profundizando en los datos arqueológicos obtenidos en la intervención hay que remarcar el hallazgo de un fragmento de cerámica inserto en el tapial de la muralla (**Fig. 3**). Se trata de una pieza de cocina, probablemente una marmita, de cronología almohade o nazarí, que vendría a corroborar una cronología posterior a la segunda mitad del siglo XII para la construcción del lienzo. No podemos dejar de mencionar aquí los resultados obtenidos de las dataciones por C14 realizados a las maderas recuperadas en el transcurso de la intervención. Ofrecieron como la cronología más probable para la construcción de la muralla el siglo XIV, con las pertinentes cautelas que hay que tener ante este tipo de análisis.

Analizando el entorno más próximo de la muralla destaca la intervención llevada a cabo en el número 8 de Plaza Larga³¹. En ella, los arqueólogos identificaron una casa nazarí próxima a la cara externa de la muralla, sin documentarse niveles medievales previos, aunque hay investigadores que han evidenciado las similitudes con viviendas del período almohade³². Esta circunstancia ha sido interpretada en la línea de que este espacio sólo se ocupa en una época avanzada debido a la presión urbanística que experimentaría el arrabal del Albayzín a finales de la Edad Media³³. Sin embargo, está atestiguada arqueológicamente la ocupación de otros espacios anexos así como el desarrollo urbano del arrabal ya en el siglo XII³⁴, mucho antes incluso de que en torno a 1327, bajo el reinado de Yusuf I, se levantara la muralla exterior del Albayzín para acoger a la población allí asentada. Dado el grado de desarrollo urbano que alcanzó esta zona de la ciudad desde el siglo XII, no podemos descartar

³⁰ MILETO, Camilla; VEGAS LÓPEZ-MANZANAREZ, Fernando – “La técnica constructiva de la tapia en la arquitectura militar defensiva en España. Variantes e invariantes”. In HUERTA, Santiago; LÓPEZ ULLOA, Fabián (eds.) – *Actas del Octavo Congreso Nacional de Historia de la Construcción*. Madrid: Instituto Juan de Herrera, 2013, pp. 681-687, espec. pp. 684-685.

³¹ BURGOS JUÁREZ, Antonio; MORENO ONORATO, Auxilio; PUERTA TORRALBO, Dolores; CONSUEGRA CRESPO, Pedro; JIMÉNEZ CORTÉS, Inmaculada; GARCÍA CANO, Pilar – “Excavaciones realizadas durante los años 1991-1992 en el solar situado en el nº 8 de Plaza Larga en el barrio del Albaicín, Granada”. *Anuario Arqueológico de Andalucía* (1992), pp. 304-309.

³² MALPICA CUELLO, Antonio – “Las murallas de Granada”..., 1992.

³³ BONET GARCÍA, María Teresa; RUIZ JIMÉNEZ, Ana – “Un área del Albayzín granadino: el entorno del Arco de las Pesas”. In MALPICA CUELLO, Antonio; GARCÍA PORRAS, Alberto – *Las ciudades nazaríes. Nuevas aportaciones desde la arqueología*. Granada: Alhulia, 2011, pp. 81-106.

³⁴ GONZÁLEZ LEÓN, Marc – “Una aproximación a los arrabales de las ciudades del Reino Nazarí de Granada”. *Tudmir: Revista del Museo Santa Clara*, Murcia 3 (2013), pp. 98-113.

la posibilidad de que los niveles de épocas anteriores y espacialmente inmediatos a la muralla hayan sido arrasados con la construcción de la misma, conservándose únicamente elementos urbanos de época nazarí posteriores a la construcción del lienzo de muralla

Un elemento adicional a considerar es el propio nombre del Arco de las Pesas en época medieval: Bab al-Ziyada. Como ya evidenciara Seco de Lucena³⁵, la traducción al castellano de este nombre sería Puerta del Ensanche, compartiendo



Fig. 3 – Cerámica inserta en el tapial.

denominación con la plaza contigua. Este nombre vendría a señalar la existencia de un arrabal extramuros y, por tanto, de una expansión urbana o “ensanche” en la zona alta de la ciudad, el barrio del Albayzín. El nombre de la puerta enmarcaría entonces su construcción en una época en la que el arrabal ya tenía carta de naturaleza, formando parte por tanto de una reforma urbanística del área para dar respuesta a las necesidades de una población creciente.

Mención especial merece igualmente el relato de al-Umari, recogido a su vez por alQalqasandi, en el que el geógrafo egipcio enumera las puertas de las ciudad

³⁵ SECO DE LUCENA PAREDES, Luis – “La Plaza Larga y el Arco de las Pesas en el Albayzín de Granada”. *Miscelánea de estudios árabes y hebraicos. Sección Árabe-Islam* 2 (1953), pp. 131-133.

de Granada³⁶. Entre ellas no menciona al Arco de las Pesas o Bab al-Ziyada. Esta particular circunstancia se ha interpretado desde la lógica de que al haber quedado intramuros debido al crecimiento urbano del Albayzín, sumado a la creación de una nueva muralla exterior para el arrabal, el geógrafo centraría su interés descriptivo en otros elementos urbanos³⁷. No obstante, no podemos descartar la hipótesis de que en la primera mitad del siglo XIV no existiera dicha puerta, razón por la que no sería entonces mencionada en el texto árabe.

Varios y de diversa índole son los argumentos que nos permiten reflexionar sobre la cronología de la muralla del entorno del Arco de las Pesas, cuestión algo más compleja es alcanzar a determinar las razones últimas que llevaron a la realización de tales reformas urbanas. La apertura de una nueva puerta, así como la construcción de un lienzo de muralla constituyen una de las reformas de mayor envergadura que se pueden afrontar en una ciudad medieval, e implican necesariamente la acción por parte del poder. Especialmente significativo resulta el hecho de que tanto la puerta como el lienzo de muralla se hayan levantado en un momento en el que ya existía un arrabal en desarrollo en esta zona de la ciudad. Si tomásemos como cierta la datación almohade para las construcciones, estas importantes actuaciones urbanísticas se enmarcarían en la necesidad de ofrecer una comunicación entre el espacio intramuros y el pujante arrabal, pues hasta entonces, se carecía de un acceso entre ambas áreas desde Puerta Monaita hasta Bab alQastar. De esta forma, la zona en expansión de la ciudad se integraría de manera definitiva en la vida urbana. En cambio, una datación más tardía, ya en época nazarí, gozaría de otras implicaciones adicionales. Ya en el siglo XIV el área no precisaba de defensas al encontrarse dentro de un nuevo perímetro amurallado exterior (la muralla externa del Albayzín) y bajo una fuerte presión urbanística. La construcción de una puerta y un lienzo de estas características se podría interpretar entonces desde la óptica del mantenimiento de una segregación de las propiedades reales respecto al entorno urbano más próximo. A pesar de que el centro de poder se había trasladado a la Alhambra desde la primera mitad del siglo XIII, no podemos olvidar que esta importante área donde se había ubicado el Alcázar zirí seguía en manos reales, por lo que se seguirían precisando elementos divisorios, tanto físicos como simbólicos, entre ambos ámbitos.

Resulta igualmente tentador vincular esta reforma urbana a otras cuestiones de tipo histórico (acontecimientos bélicos de guerra civil al final del emirato), urbanístico (creación de una liza de comunicación desde Puerta Monaita o acceso complejo junto a Bab alQastar) o arquitectónico (existencia de tramos arruinados). Sin embargo, carecemos de la suficiente información de carácter arqueológico para

³⁶ SECO DE LUCENA PAREDES, Luis - "Un tratado árabe del siglo XV sobre España extraído del "Subh al-A'sa" de al-Qalqasandi". *Boletín de la Universidad de Granada* 6869 (1942), pp. 87-162.

³⁷ MALPICA CUELLO, Antonio - "Las murallas de Granada"....

que puedan pasar de meras hipótesis.

5. Conclusiones.

El Arco de las Pesas y los lienzos de muralla que parten de él han recibido históricamente diversas atribuciones cronológicas. El estudio de este elemento urbano de Granada no se ha podido desgajar hasta fechas recientes de la polémica que implicaba la existencia o no de un poblamiento urbano continuado en la zona desde época íbera hasta la Edad Media. Sólo últimamente las murallas han sido objeto de estudios más o menos pormenorizados atendiendo a la problemática histórica y arqueológica específica que presentaban por sí mismas.

Desde unas primeras adscripciones como ziríes y almorávides, se ha ido asentando en los últimos años una datación bajomedieval y, más específicamente almohade, para las murallas. Sin embargo, a la luz de nuestra intervención arqueológica y de los argumentos expuestos, consideramos que no se puede descartar una cronología nazarí tanto para la puerta como para los lienzos.

Ambas dataciones tienen sus implicaciones en relación con su entorno urbanístico más próximo. Una construcción en época almohade habría que interpretarla desde la óptica de la integración del arrabal del Albayzín en la vida urbana de Granada. Un barrio que había crecido extramuros desde comienzos del siglo XII en la zona alta de la colina y que carecía de la necesaria conexión con el resto de la ciudad. Se trataría, por tanto, de la creación de un nuevo elemento urbano de comunicación: una puerta inexistente hasta entonces (Arco de las Pesas) acompañada de un nuevo tramo de muralla, que articularía la relación entre la zona de crecimiento urbano y el área intramuros, integrando plenamente el arrabal en la configuración urbana.

Sin embargo, una datación de la construcción en época nazarí, especialmente desde mediados del siglo XIV, tendría implicaciones adicionales a las meramente urbanísticas. Las necesidades de defensa de la ciudad se hallaban cubiertas con la construcción de la cerca exterior del Albayzín, un populoso barrio que se interponía entre la antigua alcazaba Qadima y la nueva muralla externa. Por este motivo, no deberíamos entender la creación del Arco de las Pesas y, sobre todo, de las murallas asociadas únicamente como un elemento urbano de comunicación, sino también como el refuerzo de un elemento segregador de las propiedades reales en esta zona de la ciudad. Así, la creación de una nueva cerca interna en la época final del dominio musulmán carecería de sentido defensivo e incidiría en razones de tipo urbanístico y simbólico, delimitando el área de propiedad real.

BIBLIOGRAFÍA

- ALEGRE PARICIO, Eusebio; CAMPOS LÓPEZ, Daniel; LÓPEZ MARTÍNEZ, Diego, CASTILLA RUIA, Eduardo; GUERRERO RODRÍGUEZ, Nicomedes – “Intervención arqueológica preventiva en el Parque Lineal de la muralla zirí (Granada)”. *Anuario Arqueológico de Andalucía* (2005), pp. 1509-1518.
- AZUAR RUIZ, Rafael – “Las técnicas constructivas en la formación de al-Andalus”. *Arqueología de la arquitectura* 4 (2005), pp. 149-160.
- BONET GARCÍA, María Teresa; RUIZ JIMÉNEZ, Ana – “Un área del Albayzín granadino: el entorno del Arco de las Pesas”. In MALPICA CUELLO, Antonio; GARCÍA PORRAS, Alberto – *Las ciudades nazaríes. Nuevas aportaciones desde la arqueología*. Granada: Alhulia, 2011, pp. 81-106.
- BURGOS JUÁREZ, Antonio; MORENO ONORATO, Auxilio; PUERTA TORRALBO, Dolores; CONSUEGRA CRESPO, Pedro; JIMÉNEZ CORTÉS, Inmaculada; GARCÍA CANO, Pilar – “Excavaciones realizadas durante los años 1991-1992 en el solar situado en el nº 8 de Plaza Larga en el barrio del Albaicín, Granada”. *Anuario Arqueológico de Andalucía* (1992), pp. 304-309.
- FERNÁNDEZ NAVARRO, Esteban – “La construcción en época medieval. Recreación del proceso constructivo de un tramo de la cerca exterior nazarí de la ciudad de Granada”. In GARCÍA PORRAS, Alberto – *Arqueología de la producción en época medieval*. Granada: Alhulia, 2013, pp. 101-126.
- GARCÍA GRANADOS, Juan Antonio – “La primera cerca medieval de Granada. Análisis historiográfico”. *Arqueología y territorio medieval* 3 (1996), pp. 91-148.
- GARCÍA GRANADOS, Juan Antonio – “Entre ziríes y almohades. Las fortificaciones urbanas de Granada y su problemática cronológica”. In CRESSIER, Patrice y SALVATIERRA CUENCA, Vicente - *Las Navas de Tolosa 1212-2012: miradas cruzadas*. Jaén: Universidad de Jaén, 2014, pp. 484-498.
- GONZÁLEZ LEÓN, Marc – “Una aproximación a los arrabales de las ciudades del Reino Nazarí de Granada”. *Tudmir: Revista del Museo Santa Clara* 3 (2013), pp. 98-113.

- MALPICA CUELLO, Antonio – “Las murallas de Granada”. In TITOS, Manuel – *Nuevos paseos por Granada y sus contornos*. Granada: Caja General de Ahorros de Granada, 1992.
- MALPICA CUELLO, Antonio – *Granada, ciudad islámica. Mitos y realidades*. Granada: Liberbolsillo, 2000.
- MARCOS COBALEDA, María – *Los almorávides: arquitectura de un imperio*. Granada: Universidad de Granada, 2015.
- MÁRMOL CARVAJAL, Luis del – *Rebelión y castigo de los moriscos*. Málaga: Arguval, 1991.
- MÁRQUEZ BUENO, Samuel; GURRIARÁN DAZA, Pedro – “Recursos formales y constructivos de la arquitectura militar almohade de al-Andalus”. *Arqueología de la arquitectura* 5 (2008), pp. 115-134.
- MILETO, Camilla; VEGAS LÓPEZ-MANZANAREZ, Fernando – “La técnica constructiva de la tapia en la arquitectura militar defensiva en España. Variantes e invariantes”. In HUERTA, Santiago, LÓPEZ ULLOA, Fabián (eds.) – *Actas del Octavo Congreso Nacional de Historia de la Construcción*. Madrid: Instituto Juan Herrera, 2013, pp. 681-687.
- RODRÍGUEZ AGUILERA, Ángel – *Granada arqueológica*. Granada: Caja General de Ahorros de Granada, 2001.
- SARR MARROCO, Bilal – *La Granada ziri (1013-1090)*. Granada: Alhulia, 2011.
- SECO DE LUCENA PAREDES, Luis – “La Plaza Larga y el Arco de las Pesas en el Albayzín de Granada”. *Miscelánea de estudios árabes y hebraicos. Sección Árabe-Islam* 2 (1953), pp. 131-133.
- SECO DE LUCENA PAREDES, Luis – “Un tratado árabe del siglo XV sobre España extraído del “Subh al-Àsa” de al-Qalqasandi”. *Boletín de la Universidad de Granada* 68-69 (1942), pp. 87-162.
- SOTOMAYOR MURO, Manuel – *Don Juan de Flores y Oddouz, pícaro y mártir: cultura y picaresca en la Granada de la Ilustración*. Granada: Universidad de Granada, 2007.

SOTOMAYOR MURO, Manuel; SOLA MÁRQUEZ, Antonio; CHOCLÁN SABINA, Concepción – *Los más antiguos vestigios de la Granada íbero-romana y árabe*. Granada: Universidad de Granada, 1984.

TORRES BALBÁS, Leopoldo – “Nuevas perspectivas sobre el arte de al-Andalus bajo el dominio almorávide”. *Al-Andalus* 17 (1952), pp. 402-433.

Os editores têm o grato prazer de apresentar, com o apoio financeiro do Instituto de Estudos Medievais e da Câmara Municipal de Castelo de Vide, o terceiro volume resultante das *Jornadas Internacionais de Idade Média*, cujo título retoma o tema dessa mesma edição: *Inclusão e Exclusão na Europa Urbana Medieval*. Vinte e oito investigadores provenientes de Portugal, Espanha, França, Itália, Alemanha e Holanda são responsáveis pela elaboração de vinte e dois artigos com os quais responderam ao desafio que os organizadores lançaram à comunidade científica de desenvolvimentos de reflexões sobre um tema particularmente pertinente na cidade medieval, uma vez que esta se definia quase sempre como um espaço fechado por uma muralha que criava a oposição entre interior e exterior, materializando desde logo sistemas de inclusão e exclusão. Recorrendo a uma pluralidade de idiomas que nos apraz registar -português, espanhol, francês e inglês- os seus estudos têm como espaço de observação uma diversidade de unidades políticas medievais que hoje integram as historiografias de Portugal, Espanha, França, Itália, Países Baixos, Bélgica e Alemanha, com especial relevo para os diferentes reinos medievais ibéricos, sendo que neste último caso o enfoque não se limita à Cristandade, pois também podemos dispor de reflexões que têm como espaço de observação o Islão peninsular e/ou as suas permanências.

Editores, Apresentação.

Apoio:

FCT Fundação
para a Ciência
e a Tecnologia



ISBN 978-989-54529-0-3

